

Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária
Gerência de Licitações e Contratos**PREGÃO - ELETRÔNICO Nº. 00/2019****Processo número 50500.321097/2019-47****ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT, quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com vistas à aferição da execução adequada do serviço, especificamente, do cumprimento, pelas concessionárias, dos encargos contidos nas cláusulas dos Contratos de Concessão para exploração da Infraestrutura Rodoviária, nos locais discriminados no **item 1.6**, conforme especificações constantes deste Termo de Referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | Unidade de Medida | Quantidade Anual | Valor Unitário Máximo Aceitável | Valor Total Máximo Aceitável |
|----------------------|--|-------------------|------------------|---------------------------------|------------------------------|
| Lote 01 | A Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Relatório | 1 | 699.681,58 | 699.681,58 |
| | B Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | Relatório | 1 | 178.648,22 | 178.648,22 |
| | C Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | Relatório | 1 | 125.126,84 | 125.126,84 |
| | D Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | Relatório | 1 | 85.230,93 | 85.230,93 |
| | E Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de CONTENÇÃO | Relatório | 1 | 75.229,57 | 75.229,57 |
| | F Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | Relatório | 12 | 309.569,78 | 3.714.837,40 |
| Total Lote 01 | | | | | 4.878.754,54 |
| Lote 02 | A Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Relatório | 1 | 443.854,06 | 443.854,06 |
| | B Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | Relatório | 1 | 142.102,49 | 142.102,49 |

| | | | | | | |
|----------------------|---|--|-----------|----|--------------|---------------------|
| | C | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | Relatório | 1 | 99.914,84 | 99.914,84 |
| | D | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | Relatório | 1 | 70.567,06 | 70.567,06 |
| | E | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | Relatório | 1 | 63.364,83 | 63.364,83 |
| | F | Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | Relatório | 12 | 261.967,65 | 3.143.611,83 |
| Total Lote 02 | | | | | | 3.963.415,11 |
| Lote 03 | A | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Relatório | 1 | 1.476.577,99 | 1.476.577,99 |
| | B | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | Relatório | 1 | 393.914,64 | 393.914,64 |
| | C | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | Relatório | 1 | 273.978,89 | 273.978,89 |
| | D | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | Relatório | 1 | 174.090,50 | 174.090,50 |
| | E | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | Relatório | 1 | 148.276,45 | 148.276,45 |
| | F | Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | Relatório | 12 | 604.058,85 | 7.248.706,17 |
| Total Lote 03 | | | | | | 9.715.544,64 |
| Lote 04 | A | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Relatório | 1 | 462.923,81 | 462.923,81 |
| | B | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | Relatório | 1 | 150.421,03 | 150.421,03 |
| | C | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | Relatório | 1 | 105.521,57 | 105.521,57 |
| | D | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | Relatório | 1 | 72.954,32 | 72.954,32 |
| | E | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | Relatório | 1 | 64.856,65 | 64.856,65 |
| | F | Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | Relatório | 12 | 267.409,68 | 3.208.916,19 |
| Total Lote 04 | | | | | | 4.065.593,57 |
| Lote 05 | A | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Relatório | 1 | 472.243,12 | 472.243,12 |

| | | | | | | |
|----------------------|---|--|-----------|----|------------|---------------------|
| | B | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | Relatório | 1 | 135.589,13 | 135.589,13 |
| | C | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | Relatório | 1 | 95.317,97 | 95.317,97 |
| | D | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | Relatório | 1 | 67.208,66 | 67.208,66 |
| | E | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | Relatório | 1 | 60.302,89 | 60.302,89 |
| | F | Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | Relatório | 12 | 249.257,18 | 2.991.086,11 |
| Total Lote 05 | | | | | | 3.821.747,88 |
| Lote 06 | A | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Relatório | 1 | 470.251,83 | 470.251,83 |
| | B | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | Relatório | 1 | 180.928,17 | 180.928,17 |
| | C | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | Relatório | 1 | 126.556,18 | 126.556,18 |
| | D | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | Relatório | 1 | 85.112,30 | 85.112,30 |
| | E | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | Relatório | 1 | 74.655,48 | 74.655,48 |
| | F | Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | Relatório | 12 | 306.675,85 | 3.680.110,17 |
| Total Lote 06 | | | | | | 4.617.614,13 |
| Lote 07 | A | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Relatório | 1 | 946.794,36 | 946.794,36 |
| | B | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | Relatório | 1 | 318.423,37 | 318.423,37 |
| | C | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | Relatório | 1 | 221.749,27 | 221.749,27 |
| | D | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | Relatório | 1 | 142.719,46 | 142.719,46 |
| | E | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | Relatório | 1 | 122.393,91 | 122.393,91 |
| | F | Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | Relatório | 12 | 499.598,85 | 5.995.186,17 |
| Total Lote 07 | | | | | | 7.747.266,54 |

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, por se tratar da execução de serviço por preço certo de unidade determinada.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. Os Lotes mencionados estão compostos de acordo com a tabela abaixo:

| LOTE | UF | ETAPA | RODOVIA / CONCESSÃO | TRECHO | EXTENSÃO (KM) | |
|------|-------|----------|-------------------------------------|---|---------------|---------|
| | | | | | TRECHO | TOTAL |
| 1 | SP | 1ª Etapa | BR-116/SP (NOVADUTRA) | Divisa RJ/SP - São Paulo | 402,0 | 1,125,2 |
| | SP | 2ª Etapa | BR-116/SP (RÉGIS BITTENCOURT) | São Paulo - Divisa SP/PR | 401,6 | |
| | SP | 2ª Etapa | BR-153/SP (TRANSBRASILIANA) | Divisa MG/SP - Divisa SP/PR | 321,6 | |
| 2 | RJ | 1ª Etapa | BR-040/RJ (CONCER) | Rio de Janeiro - Divisa RJ/MG | 179,9 | 856,1 |
| | RJ | 1ª Etapa | BR-116/RJ (CRT) | Rio de Janeiro - Teresópolis - Além Paraíba | 142,5 | |
| | RJ | 2ª Etapa | BR-101/RJ (FLUMINENSE) | Ponte Rio-Niterói - Divisa RJ/ES | 320,1 | |
| | RJ | 2ª Etapa | BR-393/RJ (RODOVIA DO AÇO) | Divisa MG/RJ - Entrº Via Dutra | 200,4 | |
| | RJ | 3ª Etapa | BR-101/RJ (ECOPONTE) | Ponte Pres. Costa e Silva | 13,2 | |
| 3 | MG | 2ª Etapa | BR-381/MG (FERNÃO DIAS) | Belo Horizonte - Divisa MG/SP | 562,1 | 2.675,4 |
| | MG | 3ª Etapa | BR-153/262/MG (CONCEBRA) | Divisa GO/MG - Divisa MG/SP | 1.176,5 | |
| | MG | 3ª Etapa | BR-040/MG (VIA 040) | Divisa GO/MG - Juiz de Fora | 936,8 | |
| 4 | RS | 1ª Etapa | BR-116/293/RS (ECOSUL) | Pólo de Pelotas | 457,3 | 930,7 |
| | RS | 4ª Etapa | BR-101/290/386/448/RS (RIS) | Torres - Osório - Cachoeirinha - Carazinho | 473,4 | |
| 5 | PR/SC | 2ª Etapa | BR-116/PR/SC (PLANALTO SUL) | Curitiba - Divisa SC/RS | 412,7 | 818,6 |
| | PR/SC | 2ª Etapa | BR-376/PR - BR-101/SC (LITORAL SUL) | Curitiba - Palhoça | 405,9 | |
| 6 | BA | 2ª Etapa | BR-116/324/526/528/BA (VIA BAHIA) | Divisa MG/BA - Salvador - Acesso a Aratú | 680,6 | 1.156,5 |
| | ES | 3ª Etapa | BR-101/ES (ECO101) | Entrº BA-698 (Acesso Mucuri) - Divisa ES/RJ | 475,9 | |
| 7 | GO | 3ª Etapa | BR-050/GO (MGO RODOVIAS) | Cristalina/GO - Divisa GO/MG | 436,6 | 2.134,7 |
| | MS | 3ª Etapa | BR-163/MS (MS VIA) | Divisa MS/PR a Divisa MS/MT | 847,2 | |
| | MT | 3ª Etapa | BR-163/MT (CRO) | Divisa MS/MT - Entrº MT-220 | 850,9 | |



2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária – SUINF, segundo a RESOLUÇÃO Nº 5.810, DE 3 DE MAIO DE 2018, que trata do Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres, especificamente em seu artigo 46, tem as seguintes competências assim transcritas:

- I. promover a regulamentação da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- II. fiscalizar as condições da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- III. fiscalizar a execução dos contratos de concessão rodoviária;
- IV. propor a autorização dos programas de investimentos e fiscalizar sua execução;
- V. definir o nível de serviço da infraestrutura das concessões rodoviárias;
- VI. promover a regulamentação e propor autorização do uso das faixas de domínio;
- VII. harmonizar interesses entre os concessionários, os usuários da infraestrutura e as populações lindeiras;
- VIII. fiscalizar a arrecadação de tarifas de pedágios e receitas complementares na infraestrutura outorgada;
- IX. organizar o atendimento aos usuários da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- X. acompanhar as inovações tecnológicas e sugerir políticas que aprimorem a prestação dos serviços;
- XI. articular com governos e entidades governamentais no âmbito da execução das atividades de exploração de infraestrutura rodoviária federal concedida;
- XII. avaliar e sugerir à direção da ANTT regulamentações específicas que propiciem o desenvolvimento dos serviços e o melhor atendimento das necessidades de movimentação de bens e pessoas na infraestrutura rodoviária federal concedida;
- XIII. elaborar e implementar a proposta de reajuste e revisão de tarifas da exploração das concessões rodoviárias federais;
- XIV. acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestres no âmbito de suas competências, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades;
- XV. apoiar as autoridades competentes nas questões relativas à exploração de infraestruturas rodoviárias, no âmbito do transporte internacional; e
- XVI. aprovar e acompanhar a implantação dos projetos de infraestrutura de transporte rodoviário, bem como realizar o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental.

2.2. Dentre estas tantas competências, cabe especial destaque as que envolvem as atividades de fiscalizar, acompanhar e aprovar os investimentos previstos nos diversos programas do Governo Federal de Concessões de Rodovias, tais como, mas não limitadas a estes, as obras já inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e outras que se encontram em franco andamento para consecução e contratação.

2.3. Atualmente, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, tem gestão sobre 20 (vinte) contratos de Concessões Rodoviárias em atividade, o que totaliza sob sua responsabilidade cerca de 10.000 (dez mil) quilômetros de rodovias, além de ter que



responder à outras demandas de contratos já encerrados, auditorias internas e externas, também de atribuição à SUINF.

2.4. Pelo fato destes contratos possuírem empreendimentos de grande monta e intensa interação com entes públicos e usuários, gera a necessidade de uma robustez maior, por parte da SUINF, em sua estrutura técnica, sobretudo nas atividades meio, ou seja, essencialmente de apoio técnico, de modo a dirimir com maior celeridade as demandas que surgem.

2.5. Esta robustez de apoio técnico, objeto buscado nesta proposta de contratação, frisa-se, não se traduz na terceirização das atividades inerentes às competências legais da ANTT, mas tão somente nas atividades de apoio técnico e operacional de produtos específicos, os quais sempre estarão sob supervisão e responsabilidade dos servidores da ANTT.

2.6. Essencialmente se prevê o apoio, apresentados no quadro de quantidades acima e dividido em 7 (sete) lotes, nas análises de monitoração de pavimento; sinalização horizontal; sinalização vertical; obras de arte especiais; terraplenos e estruturas de contenção; conservação, manutenção, operação e obras, sempre medidos na forma de relatórios, de forma a atender às diretrizes estabelecidas em leis, súmulas e acórdãos dos tribunais.

2.7. Destaca-se que os relatórios, produtos do objeto em comento, subsidiarão à ANTT na aferição do cumprimento das cláusulas contratuais presentes nos Contratos de Concessão para exploração de Infraestrutura Rodoviária, possibilitando um acompanhamento mais estreito dos serviços prestados à população brasileira.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação de serviços técnicos especializados, de apoio em engenharia consultiva e assessoramento em gestão pública, gerenciamento e operação das demandas dos empreendimentos de ampliação de infraestrutura e logística e programas governamentais previstos nas rodovias federais outorgadas à exploração da iniciativa privada, no âmbito da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária – SUINF.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Comprovação da execução dos serviços de Assessoramento e/ou Apoio ao Poder Concedente/ Concessionária de Rodovias/ Órgão Regulador e/ou Administrador



na Supervisão e/ou Fiscalização e/ou Gerenciamento Obras de Infraestrutura Rodoviária e/ou Operação Rodoviária com extensão mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lote em questão ou, em caso de consórcio, acrescido em 30% (trinta por cento) a extensão mínima acima exigida.

5.1.2. Os serviços são de natureza contínua, uma vez que visam atender a necessidade da Agência de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas.

5.1.3. Com o intuito de atender ao dispositivo legal que estabelece a necessidade de serem adotadas práticas sustentáveis nas Licitações Públicas, a vencedora da licitação deverá observar as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a IN/SLTI nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

- I. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- III. Observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V. Realização de um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI. Realização da separação dos resíduos recicláveis descartados na execução dos serviços determinados no contrato, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;
- VII. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII. Previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

5.1.4. A duração inicial do Contrato é de 12 (doze) meses.

5.2. É obrigatória a apresentação da declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos e hospedagem pode ser verificada na planilha eletrônica disponibilizada conjuntamente com o Edital.

5.4. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor



designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 horas às 18:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone conforme especificado na tabela abaixo:

| LOTE | UF | ETAPA | RODOVIAS | TRECHO | COINFs |
|------|------------|----------|-------------------------------------|---|------------|
| 1 | RJ/ SP | 1ª Etapa | BR-116/RJ/SP (NOVADUTRA) | Rio de Janeiro – São Paulo | URRJ, URSP |
| | SP/ PR | 2ª Etapa | BR-116/SP/PR (RÉGIS BITTENCOURT) | São Paulo – Curitiba (Régis Bitencourt) | URSP |
| | SP | 2ª Etapa | BR-153/SP (TRANSBRASILIANA) | Divisa MG/SP - Divisa SP/PR | URSP |
| 2 | MG/ RJ | 1ª Etapa | BR-040/MG/RJ (CONCER) | Rio de Janeiro – Juiz de Fora | URRJ |
| | RJ | 1ª Etapa | BR-116/RJ (CRT) | Rio de Janeiro - Teresópolis - Além Paraíba | URRJ |
| | RJ | 2ª Etapa | BR-101/RJ (FLUMINENSE) | Ponte Rio-Niterói - Divisa RJ/ES | URRJ |
| | RJ | 2ª Etapa | BR-393/RJ (RODOVIA DO AÇO) | Divisa MG/RJ - Entrº Via Dutra | URRJ |
| | RJ | 3ª Etapa | BR-101/RJ (ECOPONTE) | Ponte Pres. Costa e Silva | URRJ |
| 3 | MG/ SP | 2ª Etapa | BR-381/MG/SP (FERNÃO DIAS) | Belo Horizonte – São Paulo (Fernão Dias) | URMG, URSP |
| | DF/ GO/ MG | 3ª Etapa | BR-060/153/262/DF/GO/MG (CONCEBRA) | Distrito Federal – Goiás – Minas Gerais | URMG |
| | DF/ GO/ MG | 3ª Etapa | BR-040/DF/GO/MG (VIA 040) | Divisa MS/PR a divisa MS/MT | URMG |
| 4 | RS | 1ª Etapa | BR-116/293/RS (ECOSUL) | Pólo de Pelotas | URRS |
| | RS | 4ª Etapa | BR-101/290/386/448/RS (RIS) | Torres - Osório - Cachoeirinha - Carazinho | URRS |
| 5 | PR/ SC | 2ª Etapa | BR-116/PR/SC (PLANALTO SUL) | Curitiba - Divisa SC/RS | URSP, URSC |
| | PR/ SC | 2ª Etapa | BR-376/PR - BR-101/SC (LITORAL SUL) | Curitiba - Palhoça | URSP, URSC |
| 6 | BA | 2ª Etapa | BR-116/324/526/528/BA (VIA BAHIA) | Divisa MG/BA - Salvador - Acesso a Aratú | URBA |
| | ES | 3ª Etapa | BR-101/ES (ECO101) | Entrº BA-698 (Acesso Mucuri) - Divisa ES/RJ | URRJ |
| 7 | GO/MG | 3ª Etapa | BR-050/GO/MG (MGO RODOVIAS) | Entr. com a BR-040 (Cristalina/GO - Divisa MG/SP) | URMG |
| | MS | 3ª Etapa | BR-163/MS (MS VIA) | Divisa MS/PR a Divisa MS/MT | URRS |
| | MT | 3ª Etapa | BR-163/MT (CRO) | Divisa MS/MT - Entrº MT-220 | URRS |

• **UNIDADE REGIONAL DA BAHIA – URBA**

End: Av. Tancredo Neves, 1632 - Ed. Salvador Trade Center - Torre Norte, Salas 611 a 617 - Caminho das Árvores - Salvador - BA

Tels: (71) 3311-0300 / 3311-0301

• **UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS – URMG**

End: Rua Jaceguai nº 208 5º Andar – Bairro Prado - Belo Horizonte - MG

Tel: (31) 3303-1300

• **UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – URRJ**

End: Av. Marechal Câmara 160 – 11º andar – Ed. Bourget – Rio de Janeiro – RJ

Tel: (21) 3504-4700

- **UNIDADE REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL – URRS**

End: Av. Ipiranga, nº 2897 -Bairro Santana - Porto Alegre - RS

Tels: Recepção - (51) 3375-4700 / RNTRC - (51) 3375-4707

- **UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO – URSP**

End: Av. Paulista, 37 – Ed. Parque Cultural Paulista – 8º andar - São Paulo - SP

Tel: (11) 3556-4700

- **UNIDADE REGIONAL DE SANTA CATARINA – URSC**

End: Rod. BR 101 Km 204, Térreo Marginal Norte, Barreiros, São José - SC

Tel: (48) 3281-4500

6.2. O prazo para vistoria, iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública

6.2.1. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços serão remunerados, exclusivamente pelos produtos entregues, na forma de relatórios, sendo este o instrumento final de aferição para pagamento, entretanto esse corresponde a uma série de atividades que deverão ser realizadas pela licitante vencedora de forma a atender as exigências deste edital.

A licitante vencedora deverá, por intermédio do Coordenador, conforme cronograma da Contratante, elaborar os Relatórios conforme estabelecido neste Termo de Referência.

Esses Relatórios deverão conter o cronograma dos trabalhos em função do determinado pela Coordenação de Infraestrutura Rodoviária – COINF, ou por seus representantes, com a indicação dos serviços previstos e executados. A elaboração dos produtos deverá ser realizada por equipe especializada e deverá ser apresentado por meio de Relatórios, conforme escopo mínimo estabelecido nos próximos subitens.

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:



7.1. RELATÓRIO DE APOIO NA ANÁLISE DA MONITORAÇÃO

Deverá ser apresentado, em todos os Relatórios de Apoio na Análise da Monitoração de cada elemento da rodovia descrito, relatório fotográfico das auditorias e das vistorias realizadas, contendo descrição, localização e data para cada fotografia.

Para a coleta das informações e análises descritas no Termo de Referência, deverão ser realizadas vistorias na Rodovia, conforme indicado nos próximos itens.

A licitante vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritos.

Os Relatórios de Apoio na Análise deverão ser apresentados em 1 (uma) via impressa e em meio eletrônico, em até 45 dias (itens A, do quadro "Resumo do Contrato de Supervisão) e 30 dias (demais itens do quadro "Resumo do Contrato de Supervisão), após demanda da ANTT, e deverão conter, no mínimo, as seguintes avaliações

7.1.1. Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento

7.1.1.1. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento englobará o apoio na análise dos Relatórios de Monitoração, apresentados pelas Concessionárias, de apoio na avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento (Irregularidade Longitudinal-IRI, Percentual de área Trincada-TR, Resistência à derrapagem, macrotextura), de apoio na avaliação da deflexão característica e de apoio na avaliação das condições do pavimento rígido (levantamentos de defeitos e cálculo do ICP).

7.1.1.2. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento deverá conter, no mínimo:

a) Apoio na análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;
b) Apoio na verificação preliminar quanto ao Atendimento aos Parâmetros de Desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a localização do marco quilométrico e estaca, onde houver, e por coordenadas georreferenciadas onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando quais parâmetros não foram atendidos;

c) Apoio na análise preliminar da Adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição da obra ou serviço, a localização, nota da avaliação e data provável para intervenção informada pela concessionária;

d) Apoio na avaliação do Pavimento: Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a localização do marco quilométrico e estaca, onde houver, e por coordenadas georreferenciadas, e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos comparando-os com os dados e resultados apresentados pelas Concessionárias.

- 7.1.1.3. Em relação ao apoio na avaliação do pavimento (Auditoria), deverá ser apresentada, no Relatório de apoio na Análise, a avaliação prospectiva das condições funcionais e estruturais dos pavimentos flexíveis e rígidos de trechos localizados da rodovia, de forma a confirmar as informações relativas às monitorações realizadas pela Concessionária
- 7.1.1.4. Deverão ser realizadas verificações, por amostragem, para os:
- a) Levantamentos Deflectométrico (FWD) e Visual Contínuo (LVC) em 40% (quarenta por cento) da rodovia, que deverá ser elaborado da seguinte forma: (somatório da extensão total das faixas de tráfego da rodovia) x (0,4);
 - b) Levantamento da irregularidade longitudinal (IRI) deverão ser realizadas verificações em 100% (cem por cento) da rodovia, que deverá ser elaborado da seguinte forma: (somatório da extensão total das faixas de tráfego da rodovia) x (1)
- 7.1.1.5. Deverão estar incluídas nas verificações todas as faixas de tráfego da rodovia, inclusive as faixas das marginais e ruas laterais de operação da Concessionária.
- 7.1.1.6. A licitante vencedora procederá ao apoio na avaliação periódica anual dos pavimentos do lote de Concessão, realizando inventários de condição funcional e estrutural.
- 7.1.1.7. Controle Deflectométrico:
- a) As medições das deflexões recuperáveis do pavimento devem ser levantadas nas faixas de tráfego da rodovia em consonância à metodologia prevista no PER.
 - b) Para a determinação das deflexões recuperáveis deverá ser utilizado deflectômetro de impacto do tipo Falling Weight Deflectometer, devendo obedecer às normas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Determinação de deflexões utilizando o deflectômetro de impacto (DNER – PRO 273/79), Avaliação Estrutural dos Pavimentos Existentes, Procedimento A (DNER–PRO 010/79) e Procedimentos para Avaliação Estrutural dos Pavimentos Existentes, Procedimento B (DNER – PRO 011/79), e possíveis alterações/adaptações publicadas pelo DNIT.
 - c) Quando da realização do levantamento deflectométrico, deverão ser medidas as temperaturas da camada de revestimento asfáltico a cada 60 (sessenta) minutos. Caso seja verificada uma divergência de temperatura em relação à temperatura de referência de 21°C, deverão ser utilizados os fatores de ajustamento de temperatura indicados no Método de Ensaios DNER ME-024/94.
 - d) Os equipamentos a serem utilizados no levantamento deflectométrico deverão estar aferidos no início dos trabalhos, pelas normas do INMETRO.
 - e) Deverão ser enviadas à ANTT cópias em CD, em planilhas eletrônicas editáveis, dos arquivos de aquisição dos dados de campo.
- 7.1.1.8. Condições de Superfície:
- a) As condições de defeitos superficiais poderão ser avaliadas conforme as metodologias e os procedimentos adotados pelo Departamento Nacional de



Infraestrutura de Transportes nas normas rodoviárias como DNIT 006/2003-PRO, DNIT 062/2004-PRO, DNIT 007/2003-PRO, DNIT-005-2003- TER - Terminologia de Defeitos em Pavimentos e Manual de Pavimento Rígido (2005).

b) As diferenças de nível entre pista e acostamento (degrau), bem como, as larguras das pistas de rolamento são parâmetros de desempenho previstos no PER e, portanto, devem ser mensurados.

7.1.1.9. Condições de Conforto:

a) Condições de conforto do rolamento serão determinadas por meio da medição de irregularidades em todas as faixas de tráfego das rodovias, inclusive nos pavimentos rígidos. Para tanto será controlado o IRI, conforme definido no PER, medido através do perfilômetro a Laser ou outro de tecnologia superior a ser definido pela ANTT.

b) Os equipamentos a serem utilizados nos levantamentos deverão estar aferidos pelas normas do INMETRO.

7.1.1.10. Condições de Segurança:

a) Para a determinação das condições de segurança dos pavimentos serão empregados métodos e equipamentos de medidas de textura e resistência ao deslizamento.

b) Para a avaliação da macrotextura e do coeficiente de atrito dos revestimentos dos pavimentos deverão ser utilizados os ensaios da mancha de areia.

c) Os levantamentos de condições de segurança deverão obedecer, pelo menos, aos procedimentos e as especificações da seguinte Norma Rodoviária DNIT (2006) – Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos.

d) Os ensaios deverão ser executados preferencialmente em curvas acentuadas, áreas exsudadas e locais com mais acidentes causados por derrapagens ou que apresentem risco a segurança ao usuário em virtude de defeitos no pavimento.

e) Deverá ser realizado um ensaio (unidade de amostragem), até perfazer o quantitativo previsto, em locais a serem definidos pela ANTT.

7.1.1.11. O Relatório de Apoio na Análise da monitoração do pavimento deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada em pavimento de rodovias, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica – ART.

7.1.1.12. Para a coleta das informações descritas no presente item deverá ter acompanhamento de pelo menos um Engenheiro Civil Junior.

7.1.1.13. Para a análise das informações descritas no presente item e realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado deverão ser feitas por pelo menos um Engenheiro Civil Sênior com experiência descrita no **item 8.4**.

7.1.1.14. A Licitante vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritas.

7.1.2. Relatórios de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal



7.1.2.1. Deverão conter, no mínimo:

- a) Apoio na Análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;
- b) Apoio na Verificação preliminar quanto ao atendimento aos parâmetros de desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a descrição e localização onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando os casos de não atendimento;
- c) Apoio na Análise preliminar da adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição, localização, nota da avaliação e data provável para intervenção informada pela concessionária;
- d) Apoio na avaliação da sinalização (Auditoria): Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a localização e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos e comparando-os com os dados e resultados apresentados pelas Concessionárias.

7.1.2.2. Deverão ser realizadas verificações por amostragem dos mesmos parâmetros previstos no PER, com periodicidade anual para sinalização horizontal, em, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) da rodovia, em locais definidos pela ANTT.

7.1.2.3. A retrorrefletância da sinalização horizontal de 45% (quarenta e cinco por cento) do trecho concedido, escolhida de modo amostral, a critério da ANTT, deverá ser avaliada por meio de retrorrefletômetro, devidamente calibrado e de acordo com as especificações e procedimentos estabelecidos na Norma Técnica NBR 14723 da ABNT, NBR 14723 - Avaliação da retrorrefletividade e NBR 14636 - Sinalização Horizontal Viária - Tachas refletivas Viárias - Requisitos, nos locais previamente acertados com a ANTT. O Cálculo do quantitativo de 45% (quarenta e cinco por cento) deverá ser elaborado da seguinte forma: (somatório da extensão total das faixas de tráfego da rodovia) x (multiplicado por 0,45).

7.1.2.4. Deverão ser avaliadas as condições físicas dos dispositivos delimitadores (tachas, tachões, balizadores, cilindros delimitadores, delineadores e outros), dos dispositivos de canalização (prismas e segregadores) e dos dispositivos de sinalização de alerta (marcadores de obstáculos, marcadores de perigo e marcadores de alinhamento), indicando a necessidade de sua substituição ou complementação de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – CONTRAN.

7.1.2.5. Os Relatórios de Apoio na análise da monitoração da sinalização horizontal deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Pleno, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada em sinalização



rodoviária, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica - ART.

7.1.2.6. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item, para realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado, as vistorias deverão ser realizadas por, pelo menos, um Engenheiro Pleno e um técnico, na modalidade de engenheiro civil, com experiência descrita neste edital.

7.1.2.7. A Licitante vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritas.

7.1.3. Relatórios de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical

7.1.3.1. Deverão conter, no mínimo:

a) Apoio na Análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;

b) Apoio na Verificação preliminar quanto ao Atendimento aos Parâmetros de Desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a descrição e localização onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando quais parâmetros não foram atendidos;

c) Apoio na Análise preliminar da Adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição, localização, nota da avaliação e data provável para intervenção informada pela concessionária;

d) Apoio na avaliação da sinalização (Auditoria): Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a localização e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos e comparando-os com os dados e resultados apresentados pelas Concessionárias.

e) Apoio na avaliação dos tipos de fixação da sinalização vertical e aérea em, no mínimo, 30% (trinta por cento) da rodovia, em locais definidos pela ANTT.

7.1.3.2. Deverão ser realizadas verificações por amostragem dos mesmos parâmetros previstos no PER, com periodicidade anual para sinalização vertical, em, no mínimo, 30% (trinta por cento) da rodovia, conforme definido pela ANTT.

7.1.3.3. A retrorefletância da sinalização vertical, incluindo os dispositivos de sinalização de alerta, de 30% do trecho concedido deverá ser avaliada anualmente através de retrorefletômetro, devidamente calibrado, de acordo com as especificações e procedimentos estabelecidos nas Normas Técnicas NBR 14644 e NBR 15426 da ABNT, nos locais previamente acertados com a ANTT. O Cálculo do quantitativo de 30% (trinta por cento) da sinalização vertical, deverá ser elaborado da seguinte forma: (somatório da extensão total das faixas de tráfego da rodovia) x (multiplicado por 0,3).

7.1.3.4. Os Relatórios de Apoio na Análise da monitoração da sinalização vertical deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Pleno, na modalidade de

engenharia civil, com experiência profissional comprovada em sinalização rodoviária, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica – ART.

- 7.1.3.5. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item, para realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado, as vistorias deverão ser realizadas por, pelo menos, um Engenheiro Pleno e um técnico, na modalidade de engenheiro civil com experiência descrita no **item 8.6 e 8.7**.
- 7.1.3.6. A Licitante Vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritas.
- 7.1.4. Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especiais – OAE's
- 7.1.4.1. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especiais englobará o apoio na análise do Relatório de Monitoração, apresentado pelas Concessionárias, das Obras de Arte Especiais – OAE's existentes nas rodovias.
- 7.1.4.2. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das OAE's deverá conter, no mínimo:
- a) Apoio na Análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;
 - b) Apoio na Verificação preliminar quanto ao Atendimento aos Parâmetros de Desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a descrição e localização onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando quais parâmetros não foram atendidos;
 - c) Apoio na Análise preliminar da Adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição da OAE, a localização, nota da avaliação e data provável para intervenção informada pela concessionária;
 - d) Apoio na avaliação das OAE's (Auditoria): Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a descrição, localização e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos e comparando-os com os dados e resultados apresentados pelas Concessionárias e também frente às normas NBR 9452-Vistoria de Pontes e Viadutos de Concreto, DNIT-010/2004-PRO Inspeções em pontes e viadutos de concreto armado e protendido - Procedimento e Manual de Inspeção de Pontes Rodoviárias (DNIT,2004).
- 7.1.4.3. Deverão ser realizadas verificações por amostragem dos mesmos parâmetros previstos no PER, com periodicidade anual, em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das OAE's, escolhido de modo amostral pela ANTT. O Cálculo do quantitativo de 30% (trinta por cento) deverá ser elaborado da seguinte forma: (somatório de todas as Obras de Arte existentes na rodovia x (0,3)).



- 7.1.4.4. Deverão ser avaliadas as condições físicas e estruturais das OAE's, envolvendo todas as pontes, viadutos, passagens inferiores e superiores, além das passarelas de pedestres integrantes da rodovia, indicando a necessidade de recuperação, reforço e/ou alargamento, conforme definido no PER.
- 7.1.4.5. O Relatório de Apoio na Análise da monitoração das OAE's deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada em OAE, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica - ART.
- 7.1.4.6. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item, para realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado, as vistorias deverão ser realizadas por, pelo menos, um Engenheiro Sênior e um Engenheiro Júnior, na modalidade de engenheiro civil, com experiência descrita nos **itens 8.5 e 8.6** deste Termo de Referência.
- 7.1.4.7. A Licitante Vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritos.
- 7.1.5. Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção
- 7.1.5.1. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção englobará o apoio na análise do Relatório de Monitoração, apresentado pelas Concessionárias, dos terraplenos e das estruturas de contenções existentes nas rodovias.
- 7.1.5.2. O Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção deverá conter, no mínimo:
- a) Apoio na Análise quanto à coerência dos dados registrados nos Relatórios apresentados pela Concessionária com as observações e medições de campo;
 - b) Apoio na Verificação preliminar quanto ao Atendimento aos Parâmetros de Desempenho especificados nos contratos de concessão e/ou seus respectivos anexos, em forma de planilha, indicando a descrição e localização do marco quilométrico e estaca, onde houver, e por coordenadas georreferenciadas onde não foram atendidos os parâmetros de desempenho e identificando quais parâmetros não foram atendidos;
 - c) Apoio na Análise preliminar da Adequação da priorização e do planejamento das intervenções necessárias, de recuperação e de manutenção, propostas pelas Concessionárias, identificando possíveis incoerências e propondo alternativas nesses casos. Deverá ser providenciada inclusive uma planilha resumo contendo, no mínimo, a descrição, a localização, nota da avaliação e data provável para intervenção;
 - d) Apoio na Avaliação dos Terraplenos e Estruturas de Contenção (Auditoria): Deverão ser executadas verificações por amostragem conforme planejamento a ser definido conjuntamente com a Coordenação de Infraestrutura Rodoviária da Regional, identificando a descrição, localização e parâmetros de desempenho atendidos e não atendidos e comparando-os com os dados e

resultados apresentados pelas Concessionárias e também frente à norma NBR 11682 - Estabilidade de encostas.

- 7.1.5.3. Deverão ser realizadas verificações por amostragem dos mesmos parâmetros previstos no PER, com periodicidade anual, em, no mínimo, 30% (trinta por cento) da rodovia, em locais definidos pela ANTT. O Cálculo do quantitativo de 30% (trinta por cento) deverá ser elaborado da seguinte forma: (Somatório dos terraplenos e Estruturas de Contenção existentes na rodovia x (0,3)).
- 7.1.5.4. O Relatório de Apoio na Análise da monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção deverá ser assinado por, no mínimo, um Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada em Geotecnia, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada a Anotação de Responsabilidade Técnica específica - ART.
- 7.1.5.5. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item, para realização da Auditoria do Relatório de Monitoração analisado, as vistorias deverão ser realizadas por, pelo menos um Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, e um técnico, com experiência descrita nos **ítems 8.5 e 8.7** deste Termo de Referência.
- 7.1.5.6. A Licitante Vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritas.

7.2. RELATÓRIO DE APOIO NO ACOMPANHAMENTO DA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E OBRAS

O escopo dos trabalhos consiste no apoio à ANTT no acompanhamento dos serviços relacionados à conservação, manutenção, operação e obras do trecho concedido, verificando preliminarmente se estão sendo executados de acordo com o escopo mínimo previsto e Parâmetros de Desempenho estabelecidos no PER e com as normas vigentes e nos prazos de solução previstos em regulamentação da ANTT, com a elaboração, mensal, do Relatório de Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras para cada Rodovia, a saber:

7.2.1. Acompanhamento da Conservação e Manutenção

- 7.2.1.1. Em relação ao Acompanhamento da Conservação e Manutenção deverá apresentar dados, informações e levantamentos a respeito do estado dos elementos existentes na rodovia, obtidos com vistorias realizadas na rodovia, e apoio na verificação preliminar do atendimento ao escopo mínimo previsto e Parâmetros de Desempenho estabelecidos no PER e com as normas vigentes e nos prazos de solução previstos em regulamentação da ANTT. Deverá ser prestado apoio para coletar as informações, considerando no Relatório mensal, no mínimo:

a) Estado Geral do pavimento de pistas, acostamentos, faixas de segurança, acessos, trevos, entroncamentos e retornos. Ações de limpeza, reparos na superfície do pavimento betuminoso, correção de defeitos localizados nas placas do pavimento de concreto. No caso dos pavimentos flexíveis, reparos de trincas de classe 3, placas e afundamentos plásticos em pontos localizados. No caso dos pavimentos de concreto, conservação do sistema superficial de drenagem e recalques de aterros, selagem de juntas e reparos



localizados nas placas. Remoção total ou parcial do pavimento, seguida de reconstrução, em áreas localizadas. Fresagem de parte da camada betuminosa e recomposição, em áreas localizadas. Reparos, em áreas localizadas. Selagem de trincas ou rejuvenescimento da camada betuminosa. Varredura constante das pistas. Todos os demais serviços necessários para atender às normas aplicáveis, aos manuais do DNIT e à regulamentação da ANTT.

b) Estado geral de limpeza e conservação do sistema de drenagem e Obras de Arte Correntes (OACs), principalmente a identificação de elementos danificados, assoreados, obstruídos, insuficientes ou ausentes e de pontos de cruzamento de água sobre a pista e/ou de represamento que apresente risco de aquaplanagem;

c) Estado geral de limpeza e conservação da faixa de domínio e canteiro central no que diz respeito à necessidade de capina/roçada, remoção de entulhos/sucatas, poda de árvores, manutenção de aceiros, recomposição de cercas, bem como a identificação de aberturas de novos acessos irregulares e novas invasões da faixa de domínio e área não edificante e instalação de publicidades não autorizadas e acompanhamento do andamento das obras de implantação/regularização de acessos e ocupações de terceiros na faixa de domínio que foram autorizadas pela ANTT;

d) Estado geral de limpeza, conservação e padronização de placas de sinalização e dispositivos de segurança, bem como de tachas e pinturas no pavimento, principalmente a identificação de segmentos sem a adequada sinalização horizontal.

e) Estado geral de limpeza e conservação dos elementos das Obras de Arte Especiais (OAEs), principalmente guarda-corpos e juntas de dilatação e sistema de drenagem, além da identificação de desníveis nas cabeceiras de pontes e viadutos;

f) Estabilidade de terraplenos e estruturas de contenção e do estado geral de limpeza, bem como Apoio na avaliação dos aspectos funcionais e estruturais dos elementos;

g) Estado geral de limpeza e conservação de edificações e instalações operacionais;

h) Estado geral de conservação dos sistemas elétricos e de iluminação.

i) Túneis (Quando houver), onde deverão ser verificados os sistemas de ventilação e iluminação além da drenagem e limpeza em geral.

j) Estado geral dos elementos de proteção e segurança da rodovia no que diz respeito aos aspectos funcionais e estruturais dos elementos.

k) Verificação de todos os demais serviços necessários para atender ao escopo mínimo e parâmetros de desempenho estabelecidos no PER para a frente de conservação e manutenção, às normas aplicáveis, aos manuais do DNIT e à regulamentação da ANTT.

l) Apoio na Elaboração de estatísticas no sentido de procurar identificar possíveis causas de irregularidades na atuação das Concessionárias com base nos dados levantados.

7.2.2. Acompanhamento da Operação



7.2.2.1. Em relação ao Acompanhamento da Operação: a verificação preliminar da consistência dos dados, informações e relatórios emitidos diretamente pelas Concessionárias, bem como, indiretamente, via sistemas nos quais tais concessionárias estejam integradas. Também deverão ser apresentadas propostas preliminares de tratamento das emergências e contingências. Deverá ser prestado apoio na verificação, considerando no Relatório mensal, no mínimo:

a) Os tempos de atendimento dos serviços operacionais: atendimento médico, socorro mecânico, periodicidade das inspeções de tráfego, pistas AVI, analisadores de tráfego, entre outros descritos no PER, em relação aos previstos nos Contratos de Concessão;

b) O funcionamento e estado geral dos equipamentos de ITS, previstos no PER, como câmeras de vídeo, painéis de mensagem, controladores de velocidade, sensores de pista, entre outros equipamentos.

c) Listagem dos tempos e extensão de bloqueio de faixas de rolamento da rodovia para execução de obras pela concessionária, com indicação da descrição da obra, localização, motivo do bloqueio. (Necessários para avaliação do Indicador de Disponibilidade na Rodovia (Dis), anexo 7 do contrato de concessão das rodovias da 3ª etapa).

d) Os tempos e extensão das filas nas praças de pedágio, em relação aos parâmetros máximos previstos no PER.

e) Apoio na monitoração das condições de tráfego e situações emergenciais de porte (acidentes, clima adverso etc.),

f) Apoio na identificação de possíveis causas de irregularidades na atuação das Concessionárias, com base nos dados levantados, elaboração de estatísticas e proposição de melhorias, buscando sempre soluções de melhor custo;

g) Apoio na realização de mapeamento das ocorrências de acidentes e emergências, por quilômetro ou segmento específico definido pela ANTT, de forma georreferenciada, e o cruzamento destes dados com a qualidade da pista, elementos físicos, eventos climáticos, densidade demográfica nas margens da rodovia, entre outros aspectos, que possibilitem a análise da causa dos acidentes e emergências e propostas de ações de correção e prevenção;

h) Apoio nas verificações, por amostragem, nos relatórios estatísticos de tráfego e de acidentes elaborados pelas Concessionárias, de forma a verificar os indicadores e sua evolução mensal, de forma a detectar os pontos críticos existentes e potenciais, no sentido de indicar à ANTT possíveis providências bem como subsidiar um plano de redução de acidentes que estabeleça metas adequadas;

i) Apoio na verificação dos níveis de serviço e consequentes soluções de reestabelecimento do nível de serviço adequado com soluções de melhor custo ou/e ampliação de capacidade;

j) Apoio no acompanhamento da eficiência das ações de correção e prevenção implantadas pelas Concessionárias;

k) Apoio na Análise preliminar, com periodicidade anual, do Relatório de monitoramento de tráfego e Relatório de monitoração de redução de acidentes



quando apresentados pelas Concessionárias, de acordo com o estabelecido no PER.

7.2.3. Acompanhamento de Obras

- 7.2.3.1. Deverão ser apresentados dados, informações e levantamentos obtidos com as vistorias realizadas em todas as obras em execução na rodovia. Deverão ser verificados e considerados no Relatório mensal para cada obra, considerando um capítulo do relatório por obra, no mínimo:
- a) Apoio na verificação do Percentual mensal de execução física da obra em função do cronograma aprovado constante do Projeto Executivo;
 - b) Apoio na verificação do Percentual acumulado de execução física da obra em função do cronograma aprovado constante do Projeto Executivo;
 - c) Apoio na verificação preliminar quanto ao atendimento ao Plano de Trabalho aceito pela ANTT;
 - d) Apoio na verificação preliminar quanto ao atendimento às normas técnicas e ao PER;
 - e) Apoio na verificação preliminar quanto ao atendimento aos Projetos aceitos pela ANTT;
 - f) Apoio na análise preliminar quanto aos motivos para eventuais atrasos durante a execução das obras em relação ao plano de trabalho aprovado;
 - g) Apoio no acompanhamento e descrição de fatos relevantes ocorridos durante a execução da obra;
 - h) Relatório fotográfico com identificação de data, local e descrição da obra.
- 7.2.3.2. Para a aferição dos avanços físicos, deverão ser considerada a metodologia indicada pela ANTT.
- 7.2.4. Deverá ser apresentado relatório fotográfico com relação ao acompanhamento descrito, com identificação de data, local e descrição do evento para cada fotografia.
- 7.2.5. Para a coleta das informações e análises descritas no presente item deverão ser realizadas vistorias nas obras em execução, em frequência adequada, e sempre que demandadas pela ANTT em eventos específicos, e deverão ser realizadas por profissionais com capacitação compatível, conforme **itens 8.5 e 8.6** deste Termo de Referência.
- 7.2.6. Licitante Vencedora deverá dimensionar a quantidade de pessoal e dias, considerando o mínimo especificado no **Anexo II** deste Termo de Referência, de forma que o Relatório contenha todos os elementos e análises aqui descritos.
- 7.2.7. O Relatório deverá ser apresentado em 1 (uma) via impressa e em meio eletrônico, até o 7º dia do mês subsequente.
- 7.2.8. O Relatório de Acompanhamento de Conservação, Manutenção, Operação e Obras deverá ser assinado por profissionais com capacitação compatível com as áreas, com identificação do número do CREA e deverá ser apresentada ART específica.



- 7.2.9. Caso seja verificada alguma irregularidade ou inconformidade, considerando o previsto no PER, deverá ser encaminhado Relatório Específico com registro fotográfico por meio eletrônico à COINF respectiva, em até 12 horas do dia seguinte ao dia da ocorrência verificada para análise e providências da ANTT.

8. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

- 8.1. A Licitante vencedora deverá ter condições plenas de alocar pessoal qualificado, para a elaboração dos produtos e para a prestação dos serviços, conforme relacionado nos itens abaixo, em tempo hábil em todos os níveis exigidos.
- 8.2. De forma a otimizar o uso dos serviços licitados pela ANTT, os profissionais alocados deverão possuir os níveis de profissionalização e requisitos de qualificação para executar os serviços conforme definido neste Termo de Referência.
- 8.3. Perfil mínimo para as atividades de Coordenação Geral: Engenheiro Sênior, na modalidade de engenharia civil, no planejamento e gestão de empreendimentos na área de infraestrutura rodoviária, ferroviária ou aeroportuária, envolvendo coordenação de equipes e Gerenciamento, Assessoria ou Supervisão.
- 8.4. Perfil mínimo para as atividades do Especialista em Pavimento: Engenheiro Sênior com experiência em execução/supervisão/fiscalização de infraestrutura rodoviária e conhecimento em projetos rodoviários, na modalidade de engenharia civil.
- 8.5. Perfil mínimo para as atividades do Engenheiro Rodoviário: Engenheiro Sênior ou Pleno, na modalidade de engenharia civil, com experiência na supervisão e/ou fiscalização de obras de ampliação, melhoramentos de restauração, conservação e manutenção de rodovias, obras de arte especiais e contenções, drenagem e sinalização.
- 8.6. Perfil mínimo para as Atividades de Engenharia: Engenheiro Sênior, Pleno ou Júnior, na modalidade de engenharia civil, com experiência profissional comprovada na área de infraestrutura rodoviária.
- 8.7. Atividades de Assistência Técnica: formação de nível médio completo, noções básicas de informática, conhecimento intermediário em planilha de Excel, habilidade no manuseio de processos, capacidade em manter sigilo de informações, boa comunicação interpessoal, capacidade de organização e de cumprir prazos.
- 8.8. Para a composição referencial da equipe de trabalho é necessária experiência mínima conforme quadro a seguir:



| PROFISSIONAL | REQUISITOS |
|---------------------|---|
| CONSULTOR | Engenheiro ou Profissional com, no mínimo, Doutorado na área de interesse, e/ou Experiência Profissional >= 15 anos |
| COORDENADOR | Engenheiro - Experiência Profissional >= 10 anos |
| ENGENHEIRO SÊNIOR | Experiência Profissional >= 8 anos |
| ENGENHEIRO PLENO | Experiência Profissional >= 5 anos |
| ENGENHEIRO JÚNIOR | Experiência Profissional >= 2 anos |
| PROFISSIONAL SÊNIOR | Experiência Profissional >= 8 anos |
| PROFISSIONAL PLENO | Experiência Profissional >= 5 anos |
| PROFISSIONAL JÚNIOR | Experiência Profissional >= 2 anos |
| TÉCNICO SÊNIOR | Ensino Médio Completo - Experiência Profissional >= 8 anos |
| TÉCNICO PLENO | Ensino Médio Completo - Experiência Profissional >= 5 anos |
| TÉCNICO JÚNIOR | Ensino Médio Completo - Experiência Profissional >= 2 anos |
| SECRETÁRIA | Ensino Médio Completo, conhecimentos em informática e atendimento ao público |

8.9. Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo MEC, e quando couber, validado pelo Conselho Profissional Competente.

8.10. O tempo de experiência de cada profissional deverá ser comprovado por meio de currículo e mediante registro na Carteira de Trabalho ou declaração emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. A execução dos serviços será iniciada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

9.2. A aceitação e pagamento de cada Produto estão condicionados ao atendimento dos requisitos de qualidade em todas as atividades e a entrega dos Relatórios, conforme parâmetros, constante no presente Termo de Referência.

9.3. O prazo de entrega dos produtos elaborados no mês anterior é de até o 7º (sétimo) dia do mês subsequente ao da execução dos serviços, considerando os prazos limites estabelecidos no presente Termo de Referência, nas COINFs indicadas pela gestão do contrato.

9.4. Durante a execução do contrato poderá haver mudança do local da entrega dos relatórios, entretanto, caso isso ocorra, será previamente comunicado por escrito à licitante vencedora, com antecedência mínima de 15 dias.

9.5. A Gestão do Contrato poderá suspender a entrega dos relatórios, comunicando previamente a contratada, com antecedência mínima de 45 dias da data prevista para a entrega destes relatórios, de forma que não sejam realizadas atividades relativas aos produtos não necessários.

9.6. A licitante vencedora deverá elaborar quantas minutas forem necessárias para atender às adequações solicitadas pela ANTT, sendo certo que a ANTT poderá solicitar quantas adequações forem necessárias.

9.7. Apenas será aceita, para efeitos de pagamento, a versão final de cada produto, que deve contemplar todas as adequações solicitadas pela ANTT e estar plenamente de acordo com as especificações deste Edital e do Termo de Referência.

9.7.1. Será efetuada glosa no pagamento, nos termos do **item 17.6**, se a contratada entregar a versão final do produto de modo parcial,

9.8. O prazo para o recebimento provisório dos produtos substituídos é de 5 (cinco) dias corridos, contados da entrega dos produtos substituídos, nas condições estabelecidas no **item 9.5** do presente Termo de Referência.

9.9. Os Produtos deverão ser entregues respeitando o cronograma de execução, sendo protocolado formalmente na COINF correspondente.

9.10. Os Produtos entregues só serão pagos quando aprovados pela fiscalização. Caso o Produto seja rejeitado pela fiscalização por não atender os procedimentos técnicos e de apresentação previamente acordados, o mesmo será devolvido à Contratada com as devidas indicações das inconformidades apontadas. A reincidência de um Produto deficitário implicará na instauração de processo administrativo para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

9.11. Os produtos deverão ser entregues etiquetados com o mês e ano de referência, número de medição correspondente, indicar o lote/Rodovia e produto que pertencem, além da numeração das páginas e índice. Inclusive arquivos digitais (cds, dvds), inclusive planilhas eletrônicas em formato XLS (ou XLSX), pranchas de desenho em formato CAD.

9.12. Os Produtos deverão ser apresentados por meio de Relatório que deverá contemplar o detalhamento dos serviços desenvolvidos para cada atividade apresentada no período correspondente, devendo ser aprovado pela equipe técnica da ANTT.

9.13. O detalhamento representa a composição referencial mensal dos Custos Gerenciais Indiretos e dos Custos para Elaboração dos Relatórios relacionados aos produtos correspondentes, e constam do **Anexo II** deste Termo de Referência.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas na planilha eletrônica disponibilizada conjuntamente com o Edital - Orçamento Supervisoras (Custo Gerencial), promovendo sua substituição quando necessário.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;



11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário.

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.9. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;



12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.10. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

12.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.



- 12.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.24. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.24.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
 - 12.24.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.25. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 12.26. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 12.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 12.28. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução dos serviços;



12.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.30. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

12.30.1. O atestado de antecedentes criminais somente poderá ser solicitado quando for imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações ou instalações, de forma motivada.

12.31. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;

12.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.34. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

12.35. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;

12.36. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.37. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

12.38. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.38.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.38.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata;



12.38.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.40. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

12.41. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, a contratada deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. A subcontratação é possível para serviços técnicos especializados que sejam realizados de forma eventual e que demandem instrumentação específica.

13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por



um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos



toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

16.1.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

16.1.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

16.1.3. A Contratada também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

16.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.2.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.2.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que



poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 16.2.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 16.2.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 16.2.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.
- 16.2.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;
- 16.2.2. No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
 - 16.2.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
 - 16.2.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
 - 16.2.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
 - 16.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - 16.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



16.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;


17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:



17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$$EM = I \times N \times VP,$$

sendo:

EM = Encargos moratórias;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira => **I = 0,00016438**, assim apurado:

I = (TX) **TX = Percentual da taxa anual = 6%**

I = (6/100) / (365) **I = 0,0001643**

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, a parcela dos preços contratuais em Reais será reajustada pelo Índice de Consultoria utilizado pelo DNIT, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido 01 (um) ano, desde o mês base da proposta que é o mesmo do orçamento referencial preestabelecido no Edital, nos termos do Art. 3º § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01. Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes. O valor da parcela de reajustamento deverá ser calculado conforme regra definida abaixo:

$$R = \frac{I_i - I_0}{I_0} * V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I₀ = Índice de preço verificado no mês do orçamento

I₁ = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



19.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12. Será considerada extinta a garantia:

19.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

20.1.5. cometer fraude fiscal;

20.1.6. não manter ao longo do contrato os termo apresentados na proposta.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da



Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos **subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5** poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 01

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |



| | |
|---|--|
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 02

| INFRAÇÃO | | |
|------------------------------------|---|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia; | 03 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 6 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 7 | Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 8 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, | 03 |

| | | |
|----|--|----|
| | após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | |
| 9 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 10 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

20.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 20.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 20.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.5.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- 21.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade;



- 21.3.2. **Quanto à capacitação técnico-operacional**: Comprovação da execução dos serviços de Assessoramento e/ou Apoio ao Poder Concedente/ Concessionária de Rodovias/ Órgão Regulador e/ou Administrador na Supervisão e/ou Fiscalização e/ou Gerenciamento Obras de Infraestrutura Rodoviária e/ou Operação Rodoviária com extensão mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lote em questão ou, em caso de consórcio, acrescido em 30% (trinta por cento) a extensão mínima acima exigida;
- 21.3.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 21.3.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;
- 21.3.2.3. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
- 21.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:
- 21.3.3.1. **Para a função de Coordenador Geral**: Engenheiro Sênior, com experiência profissional de no mínimo 12 (doze) meses em supervisão ou fiscalização ou operação, comprovada em pelo menos 1 (uma) das seguintes atividades:
- a) Obras de ampliação da capacidade, melhoramentos e restauração de rodovias;
 - b) Obras de conservação e manutenção de rodovias, bem como obras de arte especiais, contenções, drenagem e sinalização;
 - c) Operação de rodovias;
 - d) Operação de praça de pedágio;
 - e) Controle de níveis de serviços rodoviários.
- 21.3.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato



escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

21.3.5. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

21.3.6. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. Os preços unitários que deram origem aos valores do orçamento referencial foram extraídos da Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, oficializada pela Instrução de Serviço/DG nº 03, de 07 de março de 2012, publicada no Boletim Administrativo nº 010 de 05 a 09 de março de 2012, exceto:

22.1.1. Para os ensaios de FWD, IRI e LVC, foi utilizada Tabela Composição de Custos de Projeto e Supervisão do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul – DAER-RS, com preços unitários referentes ao mês de maio de 2018, obtida por meio da internet no endereço <https://www.daer.rs.gov.br/tabela-supervisao-e-projeto>, atualizada para março de 2019 utilizando o Índice de Consultoria da Fundação Getúlio Vargas;

22.1.2. Para o Ensaio de Mancha de Areia, foi elaborada *uma composição utilizando os dados do Edital 0398/15-04 – DNIT/PE, que por sua vez foi atualizado para março de 2019 utilizando dados da Tabela de preços de consultoria do DNIT.*

22.1.3. Para diárias foi utilizado o Anexo I Decreto No. 6.907 de 21/07/2009;

22.2. A data-base utilizada para os preços unitários que deram origem aos valores do orçamento referencial é de março de 2019.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. Os recursos estão previstos na dotação orçamentária da ANTT para o exercício de 2019.

Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo II – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços;
- Anexo III – Cronograma físico-financeiro;



- Documentos referentes à responsabilidade técnica (ART/RRT referentes à totalidade das peças técnicas produzidas por profissional habilitado, consoante previsão do art. 10 do Decreto n. 7983/2013).

Brasília – DF, 23 de agosto de 2019



Marcelo Alcides dos Santos
Superintendente da Exploração da Infraestrutura Rodoviária

***Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária
Gerência de Licitações e Contratos***

**PREGÃO - ELETRÔNICO Nº. 00/2019
Processo número 50500.321097/2019-47**

ANEXO II

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

OBS: A planilha estimativa de custos e formação de preços está disponibilizada em planilha eletrônica, divulgada conjuntamente com o Edital.



ANEXO III

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

| CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO | | | | | | | | | | | | |
|--|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| LOTE 01 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | 0,0% | 64,3% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Sinalização Horizontal | 0,0% | 64,3% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Sinalização Vertical | 0,0% | 64,3% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | 0,0% | 64,3% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | 0,0% | 64,3% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% |

| CRONOGRAMA FINANCEIRO | | | | | | | | | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| LOTE 01 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | - | 449.706,47 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Sinalização Horizontal | - | 114.822,60 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Sinalização Vertical | - | 80.422,80 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | 54.780,49 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | 48.352,32 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 | 309.569,78 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |

4

| CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO | | | | | | | | | | | | |
|--|------|------|------|-------|-------|------|------|------|------|-------|-------|------|
| ANO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 37,4% | 23,4% | 0,0% | 0,0% | 1,5% | 0,0% | 21,0% | 16,6% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 37,4% | 23,4% | 0,0% | 0,0% | 1,5% | 0,0% | 21,0% | 16,6% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 37,4% | 23,4% | 0,0% | 0,0% | 1,5% | 0,0% | 21,0% | 16,6% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 37,4% | 23,4% | 0,0% | 0,0% | 1,5% | 0,0% | 21,0% | 16,6% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 37,4% | 23,4% | 0,0% | 0,0% | 1,5% | 0,0% | 21,0% | 16,6% | 0,0% |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% |

| CRONOGRAMA FINANCEIRO | | | | | | | | | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| ANO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| - | - | - | - | 165.959,22 | 103.899,49 | - | - | 6.843,68 | - | 93.271,05 | 73.880,63 | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | 53.132,82 | 33.264,03 | - | - | 2.191,04 | - | 29.861,28 | 23.653,32 | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | 37.358,65 | 23.388,55 | - | - | 1.540,56 | - | 20.996,00 | 16.631,08 | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | 26.385,37 | 16.518,68 | - | - | 1.088,06 | - | 14.828,89 | 11.746,06 | - |
| Relatório de Apoio na Análise dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | 23.692,42 | 14.832,74 | - | - | 977,01 | - | 13.315,42 | 10.547,24 | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 261.967,65 | 261.967,65 | 261.967,65 | 261.967,65 | 261.967,65 | 261.967,65 | 261.967,65 | 274.608,00 | 261.967,65 | 434.240,30 | 398.425,97 | 261.967,65 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |

| CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO | | | | | | | | | | | | |
|--|-------|-------|------|------|------|------|------|-------|-------|------|------|------|
| ANO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| 0,0% | 21,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 44,0% | 35,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | 0,0% | 21,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 44,0% | 35,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | 0,0% | 21,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 44,0% | 35,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | 0,0% | 21,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 44,0% | 35,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | 0,0% | 21,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 44,0% | 35,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% |

| CRONOGRAMA FINANCEIRO | | | | | | | | | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| ANO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| - | 310.228,19 | - | - | - | - | - | - | 649.321,22 | 517.028,58 | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | 82.761,24 | - | - | - | - | - | 137.930,49 | 173.930,49 | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | 57.562,81 | - | - | - | - | - | 120.481,48 | 95.934,60 | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | 36.576,31 | - | - | - | - | - | 76.555,83 | 60.958,35 | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | 31.152,80 | - | - | - | - | - | 65.204,17 | 51.919,48 | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 | 604.058,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |

| LOTE 04 | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|--------------|
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | Total Mensal |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem do Pavimento | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 267.409,68 |
| | | | | | | | | | | | | Total Anual |
| | | | | | | | | | | | | 4.065.593,57 |

| LOTE 04 | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|--------------|
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | Total Mensal |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem do Pavimento | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem da Sinalização Horizontal | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem da Sinalização Vertical | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem das Obras de Arte Especial | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio na Análise da Montagem dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 267.409,68 |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 267.409,68 |
| | | | | | | | | | | | | Total Anual |
| | | | | | | | | | | | | 4.065.593,57 |

3

| LOTE 06 | | | | | | | | | | | | |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | 0,0% | 58,8% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 41,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | 0,0% | 58,8% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 41,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | 0,0% | 58,8% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 41,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | 0,0% | 58,8% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 41,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 0,0% | 58,8% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 41,2% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 06 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | 276.743,10 | - | - | - | 193.508,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | 74.478,28 | - | - | - | 52.077,90 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | 50.088,57 | - | - | - | 35.023,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | 43.934,73 | - | - | - | 30.720,75 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 | 306.675,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 20,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 79,5% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 20,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 79,5% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 20,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 79,5% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 20,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 79,5% | 0,0% |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% |
| CRONOGRAMA EXECUÇÃO FÍSICO | | | | | | | | | | | | |
| ANO | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 20,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 79,5% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 20,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 79,5% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 20,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 79,5% | 0,0% |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 20,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 79,5% | 0,0% |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% | 8,3% |
| CRONOGRAMA FINANCEIRO | | | | | | | | | | | | |
| ANO | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise das Obras de Arte Especial | - | - | - | - | - | 29.189,73 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | - | - | - | - | - | 25.032,64 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção e Operação | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 | 499.598,85 |
| Total Mensal | | | | | | | | | | | | |
| Total Anual | | | | | | | | | | | | |
| LOTE 07 | | | | | | | | | | | | |
| RELATÓRIO | | | | | | | | | | | | |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | - | - | - | - | - | 193.643,33 | - | - | - | - | - | - |
| Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | - | - | - | - | - | 65.125,61 | - | | | | | |



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRA ESTRUTURA RODOVIÁRIA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E INVESTIMENTOS DE RODOVIAS

GEFIR

DESPACHO

Processo nº: 50500.321097/2019-47

Destinatário: SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - SUINF

Assunto: Estudo Preliminar da Contratação - Contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT, quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada

Data: 17/05/2019

1 – INTRODUÇÃO

A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação dos serviços de técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT, quanto à **supervisão** dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com vistas à aferição da execução adequada do serviço, especificamente, do cumprimento, pelas concessionárias, dos encargos contidos nas cláusulas dos Contratos de Concessão para exploração da Infraestrutura Rodoviária.

2 – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, I, da IN 05/2017)

A Superintendência de Exploração de Infraestrutura Rodoviária – SUINF, segundo a RESOLUÇÃO Nº 5.810, DE 3 DE MAIO DE 2018, que trata do Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres, especificamente em seu artigo 46, tem as seguintes competências assim transcritas:

- I - promover a da infraestrutura rodoviária federal concedida;*
- II - fiscalizar as condições da infraestrutura rodoviária federal concedida;*
- III - fiscalizar a execução dos contratos de concessão rodoviária;*
- IV - propor a autorização dos programas de investimentos e fiscalizar sua execução;*
- V - definir o nível de serviço da infraestrutura das concessões rodoviárias;*
- VI - promover a e propor autorização do uso das faixas de domínio;*
- VII - harmonizar interesses entre os concessionários, os usuários da infraestrutura e as populações lindeiras;*
- VIII - fiscalizar a arrecadação de tarifas de pedágios e receitas complementares na infraestrutura outorgada;*
- IX - organizar o atendimento aos usuários da infraestrutura rodoviária federal concedida;*
- X - acompanhar as inovações tecnológicas e sugerir políticas que aprimorem a prestação dos serviços;*
- XI - articular com governos e entidades governamentais no âmbito da execução das atividades de exploração de infraestrutura rodoviária federal concedida;*
- XII - avaliar e sugerir à direção da ANTT regulamentações específicas que propiciem o desenvolvimento dos serviços e o melhor atendimento das necessidades de movimentação de bens e pessoas na infraestrutura rodoviária federal concedida;*
- XIII - elaborar e implementar a proposta de reajuste e revisão de tarifas da exploração das concessões rodoviárias federais;*
- XIV - acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestres no âmbito de suas competências, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades;*
- XV - apoiar as autoridades competentes nas questões relativas à exploração de infraestruturas rodoviárias, no âmbito do transporte internacional; e*
- XVI - aprovar e acompanhar a implantação dos projetos de infraestrutura de transporte rodoviário, bem como realizar o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental.*

Dentre estas tantas competências, cabe especial destaque as que envolvem as atividades de fiscalizar, acompanhar e aprovar os investimentos previstos nos diversos programas do Governo Federal de Concessões de Rodovias, tais como, mas não limitadas a estes, as obras já inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e outras que se encontram em franco andamento para consecução e contratação.

Atualmente, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, tem gestão sobre 20 (vinte) contratos de Concessões Rodoviárias em atividade, o que totaliza sob sua responsabilidade cerca de 10.000 (dez mil) quilômetros de rodovias, além de ter que responder à outras demandas de contratos já encerrados, auditorias internas e externas, também de atribuição à SUINF.

Pelo fato destes contratos possuírem empreendimentos de grande monta e intensa interação com entes públicos e usuários, gera a necessidade de uma robustez maior, por parte da SUINF, em sua estrutura técnica, sobretudo nas atividades meio, ou seja, essencialmente de apoio técnico, de modo a dirimir com maior celeridade as demandas que surgem.

Esta robustez de apoio técnico, objeto buscado nesta proposta de contratação, frisa-se, não se traduz na terceirização das atividades inerentes às competências legais da ANTT, mas tão somente nas atividades de apoio técnico e operacional de produtos específicos, os quais sempre estarão sob supervisão e responsabilidade dos servidores da ANTT.

Essencialmente se prevê o **apoio**, apresentados no quadro de quantidades abaixo e dividido em 7 (sete) lotes, nas análises de monitoração de pavimento; sinalização horizontal; sinalização vertical; obras de arte especiais; terraplenos e estruturas de contenção; conservação, manutenção, operação e obras, sempre medidos na forma de relatórios, de forma a atender às diretrizes estabelecidas em leis, súmulas e acórdãos dos tribunais.

Destaca-se que os relatórios, produtos do objeto em comento, subsidiarão à ANTT na aferição do cumprimento das cláusulas contratuais presentes nos Contratos de Concessão para exploração de Infraestrutura Rodoviária, possibilitando um acompanhamento mais estreito dos serviços prestados à população brasileira.

3.1 – ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|----------------------------------|------|---|-------------------|------------|
| Lote 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 | A | Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | RELATÓRIO | 01 |
| | B | Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | RELATÓRIO | 01 |
| | C | Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | RELATÓRIO | 01 |
| | D | Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | RELATÓRIO | 01 |
| | E | Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | RELATÓRIO | 01 |
| | F | Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | RELATÓRIO | 12 |

3.2 – MEMÓRIA DE CÁLCULO (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)

A estimativa de custo foi elaborada com base nos custos unitários de profissionais constantes da Tabela de Consultoria da Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), anexa à Instrução de Serviço DG nº 03, de 07 de março de 2012.

O quantitativo de horas e profissionais necessários e o tipo de profissional necessário para a realização de estimativa dos custos dos produtos foi proposto pela SUINF.

Foram utilizados os percentuais relativos aos encargos sociais, custo administrativo, remuneração da empresa e despesas fiscais descritos na Tabela de Preços de Consultoria do DNIT, junho de 2018.

Os Produtos “F” a serem realizados, apresentando com frequência de entrega mensal e os Produtos “A”, “B”, “C”, “D” e “E” com frequência anual.

A memória de cálculo está disponibilizada em planilha eletrônica, conjuntamente com o Termo de Referência.

4 – ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (art. 24, §1º, VI, da IN 05/2017)

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID | QTD | VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA | VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA | FONTE |
|---------------|--|-----------|-----|------------------------------|---------------------------|-------------|
| LOTE 01 | A Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | RELATÓRIO | 01 | 700.498,48 | 700.498,48 | SUINF/ ANTT |
| | B Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | RELATÓRIO | 01 | 179.093,80 | 179.093,80 | SUINF/ ANTT |
| | C Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | RELATÓRIO | 01 | 125.466,68 | 125.466,68 | SUINF/ ANTT |
| | D Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | RELATÓRIO | 01 | 85.643,37 | 85.643,37 | SUINF/ ANTT |
| | E Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | RELATÓRIO | 01 | 75.671,37 | 75.671,37 | SUINF/ ANTT |
| | F Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | RELATÓRIO | 12 | 311.475,87 | 311.475,87 | SUINF/ ANTT |
| TOTAL LOTE 01 | | | | | 4.904.084,17 | |
| LOTE 02 | A Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | RELATÓRIO | 01 | 444.566,00 | 444.566,00 | SUINF/ ANTT |
| | B Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | RELATÓRIO | 01 | 142.490,82 | 142.490,82 | SUINF/ ANTT |
| | C Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | RELATÓRIO | 01 | 100.211,02 | 100.211,02 | SUINF/ ANTT |
| | D Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | RELATÓRIO | 01 | 70.926,50 | 70.926,50 | SUINF/ ANTT |
| | E Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | RELATÓRIO | 01 | 63.749,87 | 63.749,87 | SUINF/ ANTT |
| | F Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | RELATÓRIO | 12 | 263.628,83 | 3.163.545,95 | SUINF/ ANTT |
| TOTAL LOTE 02 | | | | | 3.985.490,16 | |
| LOTE 03 | A Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | RELATÓRIO | 01 | 1.476.395,30 | 1.476.395,30 | SUINF/ ANTT |
| | B Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | RELATÓRIO | 01 | 394.627,37 | 394.627,37 | SUINF/ ANTT |
| | C Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | RELATÓRIO | 01 | 274.522,49 | 274.522,49 | SUINF/ ANTT |
| | D Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | RELATÓRIO | 01 | 174.750,22 | 174.750,22 | SUINF/ ANTT |
| | E Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | RELATÓRIO | 01 | 148.983,14 | 148.983,14 | SUINF/ ANTT |
| | F Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | RELATÓRIO | 12 | 604.777,30 | 7.257.327,56 | SUINF/ ANTT |
| TOTAL LOTE 03 | | | | | 9.726.606,08 | |
| LOTE 04 | A Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | RELATÓRIO | 01 | 462.933,96 | 462.933,96 | SUINF/ ANTT |
| | B Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | RELATÓRIO | 01 | 150.709,18 | 150.709,18 | SUINF/ ANTT |
| | C Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | RELATÓRIO | 01 | 105.741,34 | 105.741,34 | SUINF/ ANTT |
| | D Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | RELATÓRIO | 01 | 73.221,03 | 73.221,03 | SUINF/ ANTT |
| | E Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | RELATÓRIO | 01 | 65.142,36 | 65.142,36 | SUINF/ ANTT |
| | F Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | RELATÓRIO | 12 | 268.642,30 | 3.223.707,62 | SUINF/ ANTT |
| TOTAL LOTE 04 | | | | | 4.081.455,49 | |
| LOTE 05 | A Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | RELATÓRIO | 01 | 472.311,48 | 472.311,48 | SUINF/ ANTT |
| | B Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | RELATÓRIO | 01 | 135.874,99 | 135.874,99 | SUINF/ ANTT |
| | C Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | RELATÓRIO | 01 | 95.536,00 | 95.536,00 | SUINF/ ANTT |
| | D Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | RELATÓRIO | 01 | 67.473,26 | 67.473,26 | SUINF/ ANTT |
| | E Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de Contenção | RELATÓRIO | 01 | 60.586,32 | 60.586,32 | SUINF/ ANTT |
| | F Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | RELATÓRIO | 12 | 250.480,00 | 3.005.760,00 | SUINF/ ANTT |
| TOTAL LOTE 05 | | | | | 3.837.542,05 | |
| LOTE 06 | A Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | RELATÓRIO | 01 | 470.203,39 | 470.203,39 | SUINF/ ANTT |
| | B Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | RELATÓRIO | 01 | 181.252,92 | 181.252,92 | SUINF/ ANTT |
| | C Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | RELATÓRIO | 01 | 126.803,86 | 126.803,86 | SUINF/ ANTT |

| | | | | | | | |
|----------------------------|---|--|-----------|----|------------|---------------|-------------|
| | D | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | RELATÓRIO | 01 | 85.412,89 | 85.412,89 | SUINF/ ANTT |
| | E | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de CONTENÇÃO | RELATÓRIO | 01 | 74.977,47 | 74.977,47 | SUINF/ ANTT |
| | F | Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | RELATÓRIO | 12 | 308.065,03 | 3.696.780,42 | SUINF/ ANTT |
| TOTAL LOTE 06 | | | | | | 4.635.430,95 | |
| LOTE 07 | A | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento | RELATÓRIO | 01 | 928.036,99 | 928.036,99 | SUINF/ ANTT |
| | B | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Horizontal | RELATÓRIO | 01 | 308.840,27 | 308.840,27 | SUINF/ ANTT |
| | C | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração da Sinalização Vertical | RELATÓRIO | 01 | 214.440,16 | 214.440,16 | SUINF/ ANTT |
| | D | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração das Obras de Arte Especial | RELATÓRIO | 01 | 133.849,11 | 133.849,11 | SUINF/ ANTT |
| | E | Relatório de Apoio na Análise da Monitoração dos Terraplenos e Estruturas de CONTENÇÃO | RELATÓRIO | 01 | 112.892,00 | 112.892,00 | SUINF/ ANTT |
| | F | Relatório de Apoio no Acompanhamento da Conservação, Manutenção, Operação e Obras | RELATÓRIO | 12 | 458.604,50 | 5.503.253,95 | SUINF/ ANTT |
| TOTAL LOTE 07 | | | | | | 7.201.312,48 | |
| VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA | | | | | | 38.371.921,38 | |

5 – DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO COMO UM TODO (art. 24, §1º, VII, da IN 05/2017)

Compreendem a execução de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da ANTT, quanto à supervisão dos trechos das rodovias federais outorgados à exploração da iniciativa privada, com vistas à aferição da execução adequada do serviço, especificamente, do cumprimento, pelas concessionárias, dos encargos contidos nas cláusulas dos Contratos de Concessão para exploração da Infraestrutura Rodoviária.

6– JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 24, §1º, VIII, da IN 05/2017)

Os serviços técnicos especializados a serem contratados pela ANTT, serão compostos em 07 (sete) lotes, compostos por concessões que foram agrupadas, adotando o critério de unir as concessões que estão localizadas no mesmo estado/região.

Dessa forma obtêm-se o melhor rendimento dos serviços e das equipes mobilizadas.

7– DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram Contratação de empresa de consultoria para prestação de serviços técnicos especializados. Assim, diante do exposto acima, entendemos ser VIÁVEL a contratação da solução demandada.

8 – ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome: ANDERSON SANTOS BELLAS

Matrícula/SIAPE: 1800374

ANDERSON SANTOS BELLAS

Nome: HENRIQUE DE SÁ VASCONCELOS

Matrícula/SIAPE: 2081691

HENRIQUE DE SÁ VASCONCELOS

Nome: LUCIANO ESTEVE FERREIRA ASSIS

Matrícula/SIAPE: 1678542

LUCIANO ESTEVE FERREIRA ASSIS

Autoridade Competente

Nome: MARCELO ALCIDES DOS SANTOS

Matrícula/SIAPE: 1677937

O presente planejamento está de acordo com as necessidades da ANTT. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área responsável priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos, pelo que recomendamos a aquisição proposta.

MARCELO ALCIDES DOS SANTOS



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON SANTOS BELLAS, ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO**, em 23/05/2019, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE DE SÁ VASCONCELOS, ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO**, em 23/05/2019, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO ESTEVE FERREIRA DE ASSIS, ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO**, em 23/05/2019, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAN RAMOS QUEBAUD, Superintendente Substituto(a)**, em 23/05/2019, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0340371** e o código CRC **FA37A9E4**.

Referência: Processo nº 50500.321097/2019-47

SEI nº 0340371

St. de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 Lote 10 - Telefone Sede: 61 3410-1000 Ouvidoria ANTT: 166
CEP 70200-003 Brasília/DF - www.antt.gov.br